



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



GUIA PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

Sumário

Apresentação	3
1. Estratégias dos programas para a saúde	7
1.1 Acesso e aprimoramento do atendimento em saúde	8
1.2 Promoção de assistência e encaminhamento para serviços sociais para pessoas egressas com questões específicas de saúde	9
1.3 Ações educativas e de conscientização em saúde.....	10
2. Estratégias dos programas para habitação	12
2.1 Auxílio financeiro para manutenção de moradia	13
2.2 Oferecimento e/ou apoio na busca por moradia temporária ou permanente.....	14
2.3 Estabelecimento de diretrizes de elegibilidade para acesso à moradia	15
3. Estratégias dos programas para inclusão produtiva	17
3.1 Preparação para a inclusão profissional	18
3.2 Criação de oportunidades de empreendedorismo ou emprego	19
3.3 Suporte para permanência em empregos, cursos profissionalizantes e iniciativas de empreendedorismo	20
3.4 Sensibilização e medidas para empregadores.....	21
4. Estratégias dos programas para autonomia individual e convívio social	23
4.1 Amadurecimento das relações intrapessoais e interpessoais	24
4.2 Atendimento às necessidades básicas de sobrevivência.....	26
4.3 Oportunidades de aprendizado	28
4.4 Capacitação de profissionais responsáveis pelo acolhimento de egressos	29
4.5 Fortalecimento do ambiente social e redução da estigmatização nos espaços comunitários	31
Programas integrados: Serviços de transição	33
Referências	37
Notas de fim	43

GUIA PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

Apresentação

A reintegração social¹ de pessoas egressas do sistema prisional e os conceitos correlatos aqui usados – tais como (re)inserção, (re)inclusão, (re)socialização, (re)educação, (re) adaptação social e (re)habilitação² – é um desafio global que requer reformas no sistema de justiça, fortalecimento do estado de direito e implementação de políticas públicas específicas. Este guia apresenta uma síntese de estratégias adotadas por programas para egressos do sistema prisional em diferentes países, inclusive no Brasil, que podem servir de modelo para implementação e qualificação de iniciativas em todo o mundo.

O Brasil ocupa o terceiro lugar em número absoluto de pessoas presas no mundo,³ refletindo desigualdades sociais, raciais e educacionais presentes em sua população prisional e evidenciando a seletividade do sistema de justiça, que tende a aprisionar predominantemente pessoas negras, jovens e com baixa escolaridade.⁴ Ao deixarem as prisões, os egressos enfrentam diversos desafios, como a dificuldade de acesso a programas de apoio e assistência, dada a limitada abrangência e disponibilidade, geralmente concentrada nas capitais.⁵

Portanto, é necessário investir na superação desse cenário por meio da implementação e qualificação de programas e estratégias, considerando as especificidades regionais e as variações significativas nos índices de encarceramento entre os estados.

Sem preparação e suporte material, financeiro, psicológico e social, os desafios para a reintegração social tornam-se obstáculos por vezes intransponíveis. Isso não apenas torna as comunidades mais inseguras, mas também contribui para a reincidência criminal, estabelecendo um ciclo vicioso de criminalidade e rejeição social. Essa dinâmica reforça as adversidades e vulnerabilidades enfrentadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas, desde antes do encarceramento até após a libertação.

Vale destacar que a inclusão de egressos ainda recebe investimentos substancialmente inferiores em comparação com outras áreas da segurança pública. Enquanto o policiamento recebe a maior parte dos recursos, os programas de reintegração pós-liberdade são negligenciados. Em 2022, o policiamento foi contemplado com R\$53,3 bilhões, as prisões com R\$12,7 bilhões, mas os programas de pós-liberdade receberam apenas R\$12 milhões.⁶

Este guia foi desenvolvido com o propósito de apoiar a reversão deste cenário, adotando uma perspectiva de garantia de direitos. Seu objetivo é auxiliar na implementação e qualificação de iniciativas direcionadas a pessoas egressas em todo o país. Com base na análise de 123 programas nacionais e internacionais de atenção aos egressos⁷ (incluindo programas para crianças e adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas), este documento apresenta as finalidades desses programas e detalha as estratégias adotadas.

Para uma melhor compreensão deste guia, é fundamental se familiarizar com o glossário a seguir:

GLOSSÁRIO

PROGRAMA



Iniciativas implementadas por governos, sociedade civil, parcerias do setor público com atores privados e a sociedade civil, academia, empreendimentos sociais⁸ e associações religiosas.

FINALIDADE



Propósito declarado dos programas.

ESTRATÉGIAS



Meios empregados pelos programas para alcançar as finalidades propostas.

FORMAS DE EXECUÇÃO



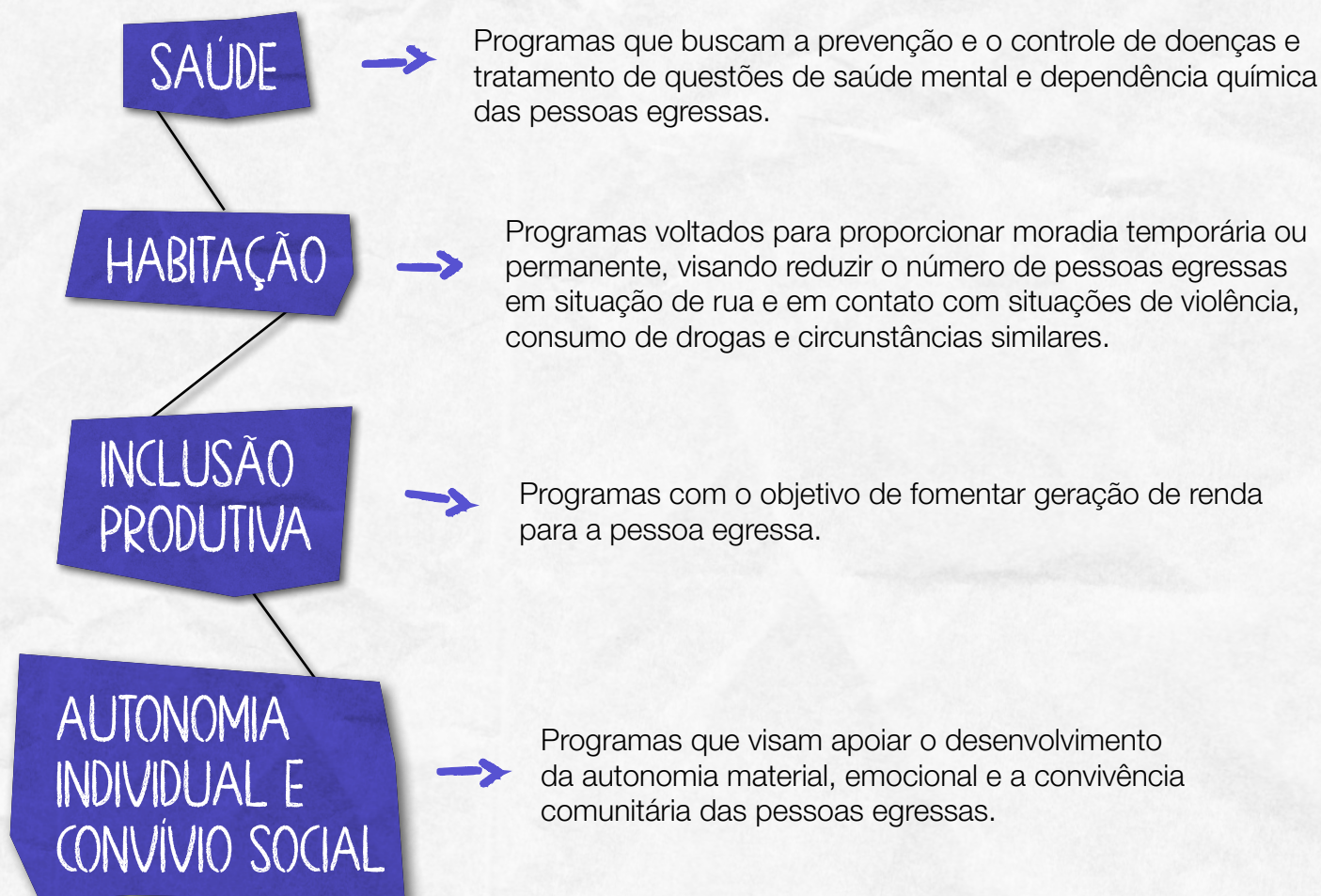
Atividades para implementação prática das estratégias.

EXEMPLOS



Programas que ilustram as estratégias, com implementação real de, pelo menos, parte das atividades apresentadas.

As finalidades identificadas nos programas analisados foram:



Os programas têm sido implementados de maneiras distintas ao redor do mundo, por vezes em mais de um país.⁹ A maior parte dessas iniciativas integra o atendimento a diversas demandas simultaneamente, incluindo áreas como assistência social e jurídica, educação, empregabilidade, habitação e saúde. No caso particular do Brasil, cabe ao Estado garantir a assistência necessária para a reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional, conforme prevê o artigo 10 da Lei de Execução Penal.¹⁰ Dependendo das leis e dinâmicas culturais dos países envolvidos, a responsabilidade pelos programas destinados a pessoas egressas do sistema

prisional pode variar. A maioria dos programas analisados neste estudo é implementada pelo setor público e pela sociedade civil, havendo também iniciativas estabelecidas por atores privados, academia, empreendimentos sociais, associações religiosas e parcerias privadas com o setor público.

Os próximos capítulos explicam as diversas abordagens para que os programas alcancem suas finalidades bem como as estratégias adotadas. Essas informações podem servir de inspiração e modelo para a concepção e implementação de novas práticas de reintegração social.

1. ESTRATÉGIAS DOS PROGRAMAS PARA A SAÚDE



1. Estratégias dos programas para a saúde

A promoção da saúde da população encarcerada e de egressos do sistema prisional se apresenta como um desafio, considerando as condições adversas enfrentadas durante a reclusão, como superlotação, falta de ventilação adequada, exposição limitada à luz solar, risco aumentado de epidemias¹¹ e dieta inadequada, além de acesso restrito aos serviços de saúde.¹² Durante a transição do cárcere para a vida comunitária, marcada por dificuldades como estigma, marginalização e obstáculos para obter assistência médica e apoio social, esse desafio persiste. Determinadas condições exigem a formulação de estratégias de atenção diferenciadas para os indivíduos que concluíram sua pena e estão em processo de reintegração à sociedade. Portanto, é crucial que os programas voltados para a saúde de egressos no Brasil sejam desenvolvidos com o foco direcionado a esse contexto.

Diante desse cenário, é preciso implementar estratégias que abordem as necessidades de saúde física e mental dos indivíduos que concluíram sua pena e estão em processo de reintegração à sociedade. Isso inclui tratamentos para dependência química e medidas preventivas para o controle de doenças. Três estratégias distintas foram identificadas e podem ser combinadas de várias maneiras: melhoria do acesso e qualidade do atendimento em saúde; promoção de assistência e encaminhamento para serviços sociais para aqueles com necessidades específicas de saúde; e implementação de ações educativas e de conscientização.

1.1 Acesso e aprimoramento do atendimento em saúde

Os programas que adotam a estratégia de acesso e aprimoramento do atendimento médico levam em conta os desafios enfrentados por pessoas egressas no que diz respeito à saúde. Consideram as particularidades de cada indivíduo e a necessidade de melhorar a oferta e a qualidade dos serviços. Nesse sentido, os programas adotam diferentes formatos, seja de forma isolada ou em combinações adaptáveis, como, por exemplo:

- Assistência para a reinserção em programas de saúde governamentais (nos países onde benefícios de acesso à saúde são suspensos durante a prisão).
- Coleta de dados sobre pessoas presas e egressas para automatizar a inclusão em programas de saúde governamentais na fase pós-liberdade (nos países onde benefícios de acesso à saúde são suspensos durante a prisão).
- Consultas virtuais para pessoas egressas que residem em áreas remotas.¹³
- Serviços telefônicos disponíveis 24 horas por dia e equipes móveis especializadas em saúde mental e estabilização de crises.
- Realização de consultas, encaminhamentos e prescrições de medicamentos logo após a soltura, como no tratamento para dependência química.
- Acompanhamento e apoio individualizado por meio de pareamento com pessoas que têm um histórico de dependência semelhante ao da pessoa egressa.
- Desenvolvimento de planos de cuidados intensivos e personalizados.
- Acompanhamento na saúde primária de pessoas egressas por agentes comunitários de saúde que também são egressos.
- Cobertura de serviços de saúde para jovens de baixa renda.¹⁴

Exemplo:



Culturally Competent Models of Care (Estados Unidos)¹⁵

Nos Estados Unidos, as iniciativas “Culturally Competent Models of Care” (Modelos de Cuidado Especializados), vinculadas ao Medicaid, visam adaptar os serviços de saúde para atender às necessidades específicas das pessoas egressas. Segundo o programa, os profissionais de saúde enfrentam resistência dos pacientes em aceitar cuidados, uma reação decorrente da desconfiança gerada por experiências negativas antes, durante e após o período de encarceramento.

Para superar essa resistência medidas como a coordenação de cuidados entre diferentes setores, a capacitação dos profissionais de saúde para lidar com essa população e a inclusão de egressos como membros da equipe foram adotadas, com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança entre pacientes e profissionais. Esse modelo inclui programas como a “Transition Clinic Network” (Redes de Clínicas de Transição), que tem clínicas médicas instaladas em áreas com grande concentração de pessoas egressas do sistema prisional, e a “Michigan Prisoner Reentry Initiative” (Iniciativa de Reintegração para Egressos de Michigan), que emprega egressos como agentes comunitários de saúde para facilitar o acesso a cuidados e serviços sociais na comunidade.

1.2 Promoção de assistência e encaminhamento para serviços sociais para pessoas egressas com questões específicas de saúde

Para tratar problemas de saúde específicos, como dependência química e/ou doenças crônicas, que demandam abordagens multidisciplinares envolvendo tratamento médico e a integração de serviços de assistência social, muitos egressos precisam de apoio para conseguir continuar com os atendimentos e tratamentos. Visando facilitar o acesso a uma variedade de recursos, o programa pode assumir formatos únicos ou combinados.

Eles podem contemplar os seguintes tipos de serviço:

- Acompanhamento contínuo com assistente social.
- Provisão de serviços habitacionais e encaminhamento para programas governamentais de habitação.
- Encaminhamento para emprego.
- Encaminhamento para grupos de apoio, como Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos.
- Assistência jurídica.
- Reuniões com equipes de apoio para dependência química.

Exemplo:



Intensive Health Resettlement Community Support Service (Reino Unido)¹⁶

A Nacro, organização sem fins lucrativos do Reino Unido, apoia egressos do sistema prisional britânico em situação de vulnerabilidade ou risco de exclusão social. Desde sua fundação, em 1966, oferece serviços que ajudam os egressos a reconstruir suas vidas, alcançar estabilidade e se reintegrar produtivamente na sociedade. Preocupada com as altas taxas de encarceramento na Inglaterra e no País de Gales, a Nacro atua por meio de diversos programas na prestação de serviços específicos e multissetoriais. No caso de pessoas egressas com questões específicas de saúde, a organização conta com o “Intensive Health Resettlement Service” (Serviço Comunitário de Suporte Intensivo para a Reinserção na Saúde), que oferece assistência e encaminhamento para serviços sociais.

Especificamente voltado para egressos com diagnóstico clínico de questões de saúde mental ou que usam medicamentos de uso controlado, o programa promove suporte financeiro, assistência médica e atua no fortalecimento de laços familiares e comunitários e na obtenção de moradia segura e acessível, além de apoio na redução do uso de substâncias químicas no período de seis a doze semanas após a saída do egresso. Ele acompanha o indivíduo em consultas e assegura o acesso aos medicamentos necessários, às receitas médicas e faz o agendamento de consultas nos primeiros dias em liberdade. Além disso, o programa oferece apoio personalizado, incluindo encontros com equipes especializadas em tratamento de dependência química, auxílio na abertura de contas bancárias e encaminhamento para serviços de assistência social, abrigos ou serviços para pessoas em situação de rua.

1.3 Ações educativas e de conscientização em saúde

A educação em saúde e prevenção de doenças é uma estratégia adotada para promover comportamentos saudáveis e reduzir estigmas associados a doenças físicas e mentais. Esta abordagem visa aumentar a conscientização sobre a importância do autocuidado, o acesso aos serviços de saúde e a busca de apoio quando necessário. Ao corrigir equívocos e melhorar a compreensão sobre saúde, os egressos podem tomar decisões conscientes e positivas para melhorar seu bem-estar, além de prevenir doenças.

Assim, essa estratégia pode ser implementada por meio de iniciativas de orientação para egressos focadas nos seguintes temas:

- Doenças contagiosas.
- Saúde ginecológica.
- Educação sexual.
- Dependência química.

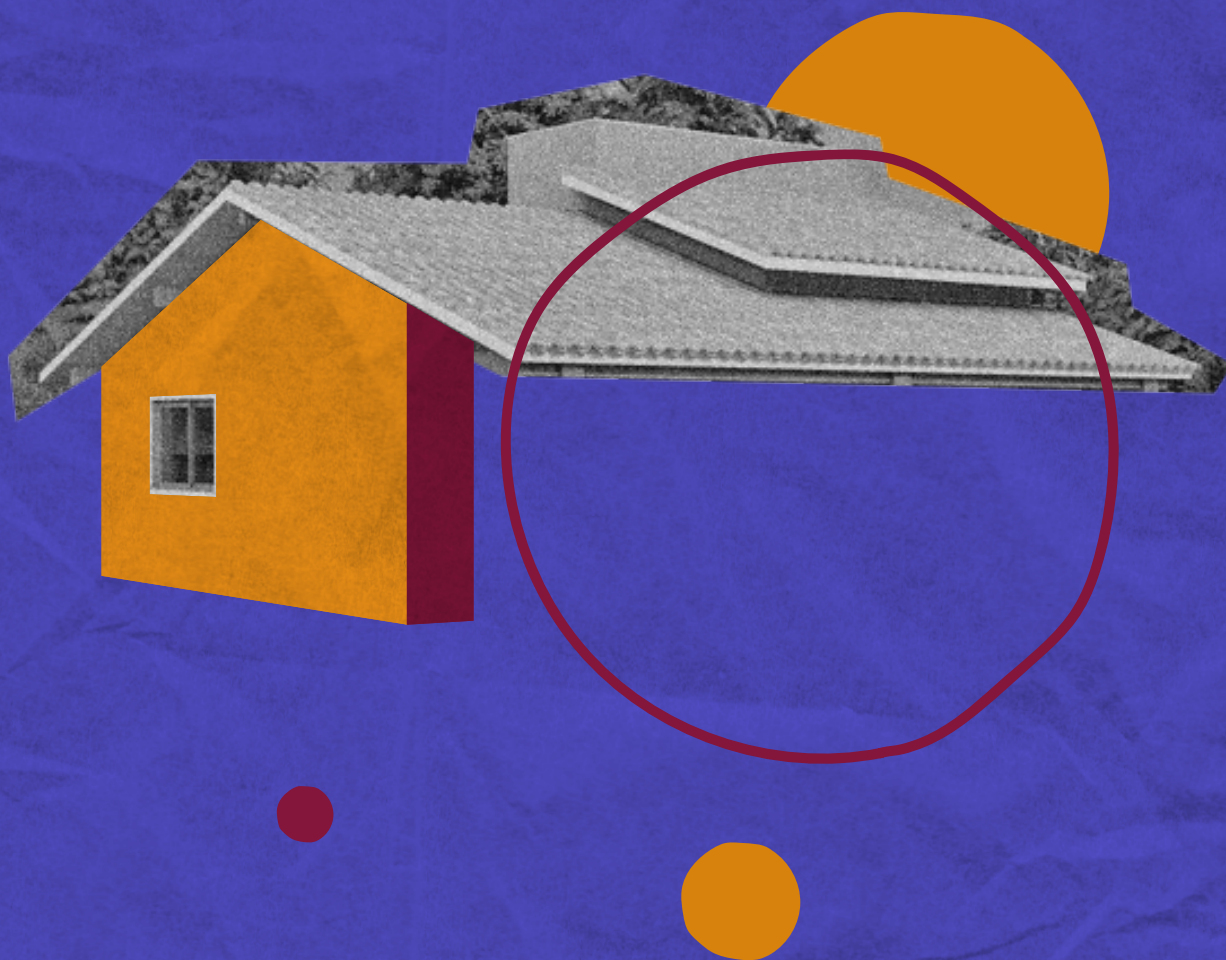
Exemplo:



Retirando a invisibilidade e promovendo o cuidado (Brasil)¹⁷

“Retirando a invisibilidade e promovendo o cuidado” é uma iniciativa desenvolvida durante o contexto da pandemia, em 2020, pela ONG Elas Existem. O projeto, sediado no Rio de Janeiro, tinha como base o acolhimento de meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, egressas do sistema prisional e familiares. O canal de atendimento online no Whatsapp “Plantão Elas Existem no Covid-19” disponibilizava informações sobre o coronavírus (Covid-19) e orientação jurídica e de saúde mental. Além disso, o programa distribuiu cestas básicas com kit de higiene para egressas e suas famílias.

2. ESTRATÉGIAS DOS PROGRAMAS PARA HABITAÇÃO



2. Estratégias dos programas para habitação

A falta de moradia adequada surge como uma barreira para o processo de reintegração social, exacerbando as dificuldades enfrentadas pelos egressos e aumentando o risco de reincidência. Após cumprirem suas penas, muitos indivíduos não retornam às suas residências devido à perda de vínculos ou ao receio de se tornarem um fardo financeiro adicional para suas famílias, que muitas vezes já se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.¹⁸

Além disso, nos casos em que a pessoa egressa está sujeita a pena de multa¹⁹, ela é impossibilitada de firmar contratos de locação ou de aquisição de imóveis devido ao bloqueio de documentos essenciais, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF). A falta de uma moradia adequada é um fator que leva muitos egressos à situação de rua, onde enfrentam riscos como o envolvimento com o uso de drogas e com atividades ilícitas e/ou precárias para sobreviver.²⁰

Os programas de habitação partem da premissa de que a moradia, seja de caráter transitório ou definitivo, é um fator chave para a reintegração bem-sucedida na sociedade e para a redução da vulnerabilidade de pessoas egressas. Desta forma, promove-se ambientes estáveis e seguros para que os beneficiários possam reconstruir suas vidas longe da criminalidade. As estratégias de atuação incluem auxílio financeiro para pagamento do aluguel; oferta e apoio na busca de moradia temporária ou permanente, e estabelecimento de diretrizes de elegibilidade para acesso à moradia.

2.1 Auxílio financeiro para manutenção de moradia

O suporte financeiro visa não apenas mitigar a insegurança habitacional, mas também evitar que os indivíduos acumulem dívidas, percam o vínculo com suas comunidades de origem ou enfrentem situações de despejo.

Assim, a manutenção de moradia pode ser implementada através de:

- Pagamento de aluguéis:
 - Quitação de aluguéis atrasados acumulados durante o período de encarceramento.
 - Após a prisão até que o egresso tenha condições de arcar com o custo de sua própria moradia.

Exemplo:

Supporting Prisoners Advice Network (SPAN) (Escócia)²¹

A “Supporting Prisoners Advice Network” (Rede de Apoio e Orientação para Pessoas Presas e Egressas) é uma iniciativa que mantém parcerias com três prisões escocesas, tendo como principal objetivo proporcionar assistência habitacional até que os beneficiários estejam em uma acomodação segura e tenham acesso a oportunidades educacionais, qualificação profissional ou emprego. O programa oferece o pagamento de aluguéis em atraso durante o período de encarceramento, assim como recursos financeiros para o pagamento de aluguel após a prisão, até que o egresso possa se sustentar por conta própria. Além disso, ela faz encaminhamentos para benefícios governamentais e auxilia aqueles que não têm domicílio a encontrar uma moradia adequada.

2.2 Oferecimento e/ou apoio na busca por moradia temporária ou permanente

Oferecer à pessoa egressa acesso direto à moradia temporária ou permanente é uma das estratégias para enfrentar a insegurança habitacional. Isso envolve fornecer ou direcionar pessoas egressas para alojamentos emergenciais e transitórios, além de apresentar opções de habitação fixa e própria, visando proporcionar estabilidade a longo prazo.

Essa estratégia pode ser implementada das seguintes formas:

- Acomodação emergencial e transitória disponível desde o período de pré-soltura ou desde o primeiro dia em liberdade.
- Habitação fixa nas modalidades casa própria, aluguel privado ou social.
- Encaminhamento para programas de moradia governamentais.

Exemplo:



Nacro Accommodation Support (Reino Unido)²²

A iniciativa “Nacro Accommodation Support” (Apoio para Moradia da Nacro) visa auxiliar indivíduos em liberdade condicional em sua reinserção na comunidade, com ênfase na garantia de acesso e estabilidade habitacional. Com o objetivo de promover a independência e a resiliência, busca capacitar pessoas egressas para viverem de forma autônoma e, assim, reduzir a reincidência criminal. O programa oferece uma ampla gama de serviços, desde orientações para acesso a programas governamentais até aconselhamento para encontrar acomodações disponíveis para aluguel no setor privado. Além disso, proporciona suporte contínuo, incluindo ajuda para manter a acomodação atual dos beneficiários.

2.3 Estabelecimento de diretrizes de elegibilidade para acesso à moradia

Além dos serviços de provimento direto de moradia para pessoas egressas, existem estratégias que buscam garantir a inclusão e a permanência deste público em programas de habitação de interesse social já disponíveis para a população em geral. Essas medidas visam reduzir a rejeição dos pedidos de moradia e a estigmatização de egressos por proprietários e autoridades responsáveis pelo processo de admissão.

Isto pode ser obtido, por exemplo, por meio do:

- Estabelecimento de diretrizes sobre critérios de inclusão e permanência de pessoas egressas em programas de habitação de interesse social.

Exemplo:



Notice PIH 2015-19 (Estados Unidos)²³

Como medida para garantir que o acesso à habitação não seja negado com base em antecedentes criminais, o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos (HUD) determinou critérios para políticas de admissão e despejo. A ideia do Notice PIH 2015-19 (Diretriz PIH 2015-19) é que, ao acessar as moradias subsidiadas pelo governo federal estadunidense, deve-se levar em conta os direitos civis, e tanto as evidências concretas quanto as circunstâncias individuais devem ser consideradas antes de utilizar registros criminais como único critério para negar admissão, encerrar contratos ou despejar inquilinos. O HUD enfatiza a importância de avaliar fatores como a gravidade e a data das condenações, bem como as circunstâncias atenuantes, ao tomar decisões. Destaca-se também a necessidade de justificar ações de despejo em tribunal com base em evidências de atividade criminal.

3. ESTRATÉGIAS DOS PROGRAMAS PARA INCLUSÃO PRODUTIVA



3. Estratégias dos programas para inclusão produtiva

A oferta de trabalho e de qualificação profissional para pessoas encarceradas e egressas ainda enfrenta uma série de entraves no Brasil. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen),²⁴ apenas 23,9% das pessoas em cumprimento de pena estavam inseridas em atividades laborais. Este cenário afeta também o contexto pós-prisional, visto que o trabalho é um aspecto fundamental para que as pessoas egressas possam encontrar estabilidade ao retornar ao convívio em sociedade.

Além de ser uma fonte de sustento, o trabalho representa a oportunidade de um novo começo e de uma vida distante da criminalidade. Ele estimula a criação de novos vínculos e de uma nova rotina, permeada por outros códigos, valores e condutas sociais. No entanto, devido ao estigma que a sociedade ainda mantém sobre a experiência do cárcere, e ao baixo nível de escolaridade com que muitos ingressam e saem das prisões, é comum que as pessoas egressas se deparem com trabalhos precarizados e com baixa remuneração, reafirmando antigas vivências no mundo do trabalho e amplificando vulnerabilidades.²⁵

Visando superar tais desafios, os programas de inclusão produtiva desenvolvem estratégias para promover a geração de renda e a autonomia financeira dos beneficiários. Cada iniciativa possui um formato específico e combina diversas estratégias, que incluem preparação para a inclusão profissional, criação de oportunidades de empreendedorismo ou emprego, e apoio para a permanência em vagas de trabalho, cursos profissionalizantes e iniciativas de empreendedorismo.

3.1 Preparação para a inclusão profissional

A preparação profissional visa impulsionar a capacitação de jovens que cumpriram medidas socioeducativas ou de pessoas egressas, por meio de cursos ou de mentorias, tanto virtuais quanto presenciais. O objetivo é apoiar esses dois grupos em todos os aspectos da busca por emprego, incluindo a redação de currículos, pesquisas de oportunidades, aconselhamento sobre opções de carreira, preenchimento de inscrições e treinamento para entrevistas.

O investimento em programas que adotam essa estratégia de preparação profissional demonstra um compromisso com a construção de um caminho sólido para a reintegração social. A aquisição de competências técnicas pode não apenas ampliar as perspectivas de empregabilidade, mas também oferecer uma base para o crescimento individual, contribuindo para a reconstrução da autoconfiança e autoestima desses indivíduos.

Esta estratégia pode ser aplicada de diversas formas, tanto isoladamente quanto em combinação com outras, incluindo:

- Capacitação profissional através de:
 - Mentorias.
 - Cursos.
 - Plataformas online para cursos profissionalizantes.
 - Financiamento de bolsas de estudos para cursos profissionalizantes.
- Apoio na procura por emprego, incluindo:
 - Redação de currículos.
 - Pesquisas de oportunidades de emprego.
 - Aconselhando sobre opções de carreira.
 - Preenchimento de inscrições.
 - Preparo para entrevistas.

Exemplo:

The Skill Mill (Reino Unido e Estônia)²⁶

O programa "The Skill Mill" (Fábrica de Talentos), presente no Reino Unido e na Estônia, é uma iniciativa da sociedade civil que prevê, além de empregabilidade, o aumento do nível educacional de jovens que cumpriram pena,²⁷ com idade entre 16 e 18 anos. O foco do Skill Mill é oferecer oportunidades de emprego na área de gestão hídrica, contribuindo para reduzir o risco de inundações nos países, além de proporcionar benefícios sociais e ambientais às comunidades. Os beneficiários recebem treinamento credenciado, qualificação reconhecida nacionalmente, e trabalham ao lado de empreiteiros e parceiros privados. Cada grupo é contratado com remuneração por seis meses, adquirindo, assim, experiência prática de trabalho.

Segundo dados do site oficial do programa, ao longo de nove anos, o programa empregou 393 jovens no Reino Unido. Destes, somente 29 voltaram a ser condenados, o que representa uma taxa de reincidência de apenas 7,3%. Esse índice é consideravelmente menor em comparação com a taxa contrafactual²⁸ esperada de 72%. Após o término do programa, 75% dos participantes conseguiram novas oportunidades de emprego, educação ou qualificação profissional.



3.2 Criação de oportunidades de empreendedorismo ou emprego

Criar oportunidades de empreendedorismo ou emprego é uma estratégia essencial para integrar pessoas egressas diretamente no mercado de trabalho ou facilitar a geração de renda autônoma. Essa abordagem é importante pois fornece recursos tangíveis que permitem a reintegração produtiva e independente desses indivíduos à sociedade.

Ela pode ser adotada das seguintes formas:

- Financiamento de iniciativas individuais de empreendedorismo.
- Captação de vagas junto à iniciativa privada e ao poder público.
- Desenvolvimento de um portal de vagas online, projetado para conectar pessoas egressas e empregadores.
- Comercialização de produtos desenvolvidos por egressos.
- Encaminhamento para vagas ou agências de trabalho especializadas em auxiliar pessoas egressas.

Exemplo:

Yellow Ribbon Project Singapore (Singapura)²⁹

O "Yellow Ribbon Project" (Projeto Laço Amarelo), iniciado em Singapura em 2004, baseia-se na colaboração entre atores públicos, privados e da sociedade civil. O projeto visa a reintegração econômica e o fortalecimento da resiliência e da autonomia das pessoas egressas, facilitando sua integração à sociedade.

Durante o período de encarceramento, os participantes trabalham em funções alinhadas às demandas produtivas do país, como desenvolvimento de websites, produtos industriais e alimentos para venda externa. Essas atividades permitem o desenvolvimento de habilidades genéricas e específicas para o mercado de trabalho, incluindo competências socioemocionais e técnicas aplicáveis a diversos empregos e alfabetização digital.

Após a saída da prisão, os egressos continuam a receber apoio por um período de 6 a 12 meses, que inclui treinamento vocacional e encaminhamento para oportunidades de trabalho alinhadas aos seus interesses. Este suporte abrangente fornece meios de subsistência, mas também ajuda os egressos a desenvolverem maior autoconsciência sobre suas habilidades e desafios, ajudando-os a entender os tipos de emprego que melhor se adequam a eles, baseando-se em seus pontos fortes e no desenvolvimento de suas carreiras.

3.3 Suporte para permanência em empregos, cursos profissionalizantes e iniciativas de empreendedorismo

Programas que buscam assegurar a inclusão produtiva devem considerar o desafio de manter as pessoas egressas engajadas, evitando a evasão. Isso pode ser alcançado por meio de apoio imediato e de longo prazo, que inclua suportes complementares para aprimorar o ambiente e as condições de trabalho e estudo desses indivíduos.

Para tanto, as estratégias adotadas podem incluir:

- Auxílio-transporte.
- Provisão de alimentação durante o programa, por vale-refeição, distribuição de cestas básicas e acesso a restaurantes.
- Fundos que possibilitam acesso rápido a recursos em situações de emergência enfrentadas pela pessoa egressa.
- Suporte psicológico.
- Suporte jurídico.
- Encaminhamento para programas de habitação social.
- Incentivos financeiros para metas alcançadas.

Exemplo:



Fresh Start (Estados Unidos)³⁰

Desde 2021, o programa "Fresh Start" (Recomeço), implementado pela organização Strive (Esforço) com o apoio do fundo de investimento em projetos sociais Gotham Gives (Doações Gotham), tem como objetivo garantir que pessoas egressas do sistema prisional estejam empregadas ou frequentando a faculdade ao final de um período de três anos, contribuindo assim, para reduzir as taxas de desemprego e reincidência. Além de fornecer capacitação profissional e educacional, o programa reconhece a importância de prover suportes adicionais para manter essas conquistas. Entre os recursos disponibilizados estão apoio psicológico e socioemocional, encaminhamento para serviços de moradia, auxílio transporte e alimentação, fundos emergenciais, incentivos para cumprimento de metas, bolsas de estudos e acesso contínuo a serviços após a conclusão do programa.

3.4 Sensibilização e medidas para empregadores

Para atingir o objetivo de inserir pessoas egressas no mercado de trabalho, é importante desenvolver uma estratégia voltada para conscientizar e sensibilizar empregadores e organizações sobre a responsabilidade compartilhada que a sociedade tem no desafio da reintegração social. Esta abordagem não apenas beneficia os egressos, como também pode influenciar positivamente as práticas de gestão de recursos humanos em geral. Ao promover ambientes de trabalho mais inclusivos, as empresas adotam uma cultura organizacional que valoriza a responsabilidade social e a diversidade.

Assim, a estratégia de sensibilização pode ser implementada isoladamente ou em combinação, por meio de:

- Cotas para pessoas presas e egressas em empresas contratadas pelo governo.
- Concessão de subvenção econômica pelo governo para empresas que contratam egressos formalmente.
- Certificação e incentivo para empresas que empregam pessoas egressas, como selos e premiações de responsabilidade social.
- Conscientização de empresas sobre a importância e necessidade de contratação de egressos.
- Aprimoramento do processo de contratação de pessoas egressas, incluindo:
 - Eliminação da exigência de fornecer informações sobre condenações criminais nos processos seletivos.

Exemplos:

Ban the Box (Reino Unido)³¹

Lançada em 2013 no Reino Unido por organizações da sociedade civil, como a Unlock (Liberar), a iniciativa "Ban the Box" (Fim da Exigência da Ficha de Antecedentes Criminais) segue o exemplo de uma campanha similar nos Estados Unidos. A campanha visa defender os direitos de indivíduos com histórico criminal, promovendo práticas de "recrutamentos de chance justa". O objetivo é eliminar a exigência de declarar o histórico de condenações criminais em etapas iniciais de processos seletivos, buscando garantir igualdade de oportunidades. Isso permite que as candidaturas de pessoas egressas sejam avaliadas por suas competências, sem a associação com a experiência prisional, que muitas vezes é vista como um obstáculo à inclusão produtiva.

Selo Nacional de Responsabilidade Social – Resgata (Brasil)³²

Desde 2017, o Selo Resgata busca destacar, incentivar e reconhecer organizações que empregam pessoas em privação de liberdade, internados, cumpridores de penas alternativas e egressos do sistema prisional. Através da concessão de um selo e de benefícios fiscais, o programa valoriza organizações que cumprem os seguintes critérios: contratação de uma porcentagem específica de trabalhadores que se encaixam nas categorias descritas, desenvolvimento de ações sociais, ausência de histórico judicial relacionado ao trabalho escravo, práticas de seleção transparentes e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

4. ESTRATÉGIAS DOS PROGRAMAS PARA AUTONOMIA INDIVIDUAL E CONVÍVIO SOCIAL



4. Estratégias dos programas para autonomia individual e convívio social

A marginalização e a discriminação que pessoas presas e egressas enfrentam têm um impacto significativo em suas trajetórias criminais, tornando desafiadora a reintegração social.³³ Frequentemente, uma série de estigmas são atribuídos com base no fato de uma pessoa ser egressa do sistema prisional, dificultando o reconhecimento de suas qualidades.³⁴ Essa realidade, aliada com a insuficiência de investimentos e a escassez de serviços de reintegração social, constitui uma barreira substancial para que o egresso possa atender suas necessidades e integrar-se à sociedade.

Nesse contexto, as estratégias desta categoria compreendem que o processo de retorno à sociedade deve envolver não apenas a satisfação das necessidades materiais e emocionais, mas também o combate à estigmatização. Essas estratégias se comprometem a promover as condições necessárias para um convívio social estável, atuando nas condições internas individuais, nas relações com outras pessoas e influenciando o entorno social. Para isso, adotam diferentes formatos e combinam múltiplas abordagens, como detalhado a seguir.

4.1 Amadurecimento das relações intrapessoais e interpessoais

Os desafios emocionais decorrentes do período de reclusão, como a redução de vínculos sociais e as transformações ocorridas durante esse tempo, podem causar traumas, ansiedades e problemas de autoestima nas pessoas egressas³⁵. Para apoiá-las nesse processo, existem iniciativas que buscam trabalhar o relacionamento dos egressos consigo mesmos e com outras pessoas ao seu redor, incluindo familiares, amigos, colegas de trabalho e integrantes das suas comunidades. Essas iniciativas oferecem oportunidades de desenvolvimento pessoal e de aprimoramento de competências práticas e socioemocionais através de suporte psicológico, cursos, mentorias, oficinas jurídicas, mecanismos de planejamento de vida e grupos de apoio. As estratégias podem ser implementadas de forma isolada ou combinadas, nos seguintes formatos:

- Suporte psicológico para:
 - Mediação e melhoria das relações familiares.
 - Desenvolvimento de habilidades emocionais.
 - Fortalecimento socioemocional para a desvinculação de grupos extremistas violentos.
- Cursos de:
 - Aprendizado parental.
 - Habilidades de relacionamento.
 - Controle de raiva.
 - Comunicação não violenta.
- Acompanhamento direto com assistentes sociais para ressignificar a trajetória infracional.
- Mentorias e planejamento de vida para lidar com desafios concretos após a libertação.
- Encontros em grupo para conversar sobre a experiência prisional e explorar formas de seguir em frente.
- Valorização da autoestima por meio de fortalecimento de elementos identitários, como gênero, raça, classe, sexualidade e acesso a direitos, a partir de atividades como:
 - Rodas de conversa.
 - Encontros culturais (sarau, poesia, música, escrita e literatura)
 - Oficinas culturais e artísticas, com aulas de teatro, dança e música.
 - Participação em atividades espirituais e de meditação.³⁶
 - Oficinas de cidadania e de educação política.
 - Orientação e oficinas jurídicas para ter noções básicas de direitos sociais, direito de família, direito penal e processo penal.
 - Moradia transitória em área geograficamente distante do local onde a infração da pessoa egressa foi cometida, facilitando a formação de novos vínculos sociais.

Exemplo:**RH do Egresso (Brasil)³⁷**

A iniciativa brasileira Reflexões da Liberdade, idealizada por Emerson Ferreira, um egresso do sistema prisional, visa promover uma reflexão coletiva sobre os fatores que levam ao encarceramento. Desde a sua fundação em 2017, a organização tem se dedicado a gerar mobilização, ação e transformação social, com o objetivo de quebrar o ciclo da criminalidade e remover barreiras à reintegração de pessoas egressas na sociedade.

Um dos destaques da organização é o programa RH do Egresso, que proporciona suporte direto aos beneficiários. O programa engloba uma ampla gama de atividades focadas em formação e desenvolvimento pessoal e profissional, abordando questões essenciais como cidadania, fortalecimento de trajetórias de transformação pessoal, construção de redes de apoio e a realização de objetivos individuais, sonhos e autoavaliação.

Exemplo:**Community Mediation Maryland's Prisoner Re-entry Program (Estados Unidos)³⁸**

O programa "Community Mediation Maryland's Prisoner Re-entry" (Programa de Mediação Comunitária de Maryland para Reintegração de Egressos), implementado nos Estados Unidos, oferece suporte para as dificuldades enfrentadas pelos egressos ao se reintegrarem no ambiente familiar e na sociedade. O programa proporciona aos participantes a oportunidade de conversar, com suas famílias sobre o passado, restabelecer relações e fazer planejamentos para o futuro, tudo isso com a ajuda de um mediador especializado.

Os mediadores auxiliam os participantes por meio de um processo de levantamento de ideias, explorando uma variedade de opções. Todas as reflexões e soluções para uma transição bem-sucedida são propostas pelos próprios participantes. À medida que se chega a um consenso sobre determinadas soluções, os mediadores formulam perguntas que ajudam na elaboração de um plano em conjunto com a família.

4.2 Atendimento às necessidades básicas de sobrevivência

É fundamental reconhecer que, para que a pessoa egressa possa alcançar objetivos mais amplos, é preciso atender a uma série de necessidades básicas preliminares. Por exemplo, antes de iniciar a busca por emprego, é essencial que ela disponha de recursos, como roupas adequadas, telefone e meios para cobrir custos de deslocamento.³⁹

Outro exemplo relevante é o caso da pena de multa. Egressos sujeitos a essa penalidade e que não regularizam seus documentos enfrentam dificuldades para acessar programas sociais, celebrar contratos de aluguel, abrir contas bancárias e ingressar no mercado de trabalho formal. Em suma, esses programas reconhecem a importância de atender, além das demandas de longo prazo, as necessidades imediatas das pessoas egressas, que podem ser abordadas de diversas maneiras, seja de forma isolada ou combinada:

- Kit para os primeiros dias em liberdade que inclui os seguintes itens essenciais como:
 - Produtos de higiene pessoal.
 - Aparelho de telefone celular para comunicação com a família e com serviços de suporte.
 - Fornecimento de lanches e distribuição de cestas básicas para garantir acesso a alimentação.
 - Doações de roupas adequadas às variações de temperaturas e apropriadas para ambientes profissionais.
- Assistência na obtenção de documentos pessoais.
- Vale-transporte e suporte financeiro para aquisição de passagens.
- Assistência jurídica para recuperar parcial ou totalmente os direitos de cidadania, incluindo a "limpeza" de registros criminais junto ao poder judiciário e a discussão sobre a execução da pena de multa.
- Transferência de renda mensal para compra de itens básicos de alimentação e higiene.
- Criação de conta-poupança que permite aos egressos e seus familiares acessar os recursos acumulados do trabalho realizado durante o período de encarceramento.
- Encaminhamento para auxílios governamentais de acesso à moradia, assistência jurídica, trabalho, saúde e educação, por meio de:
 - Orientações individuais.
 - Linha telefônica de apoio.
 - Aplicativos e sites que reúnem informações sobre serviços.
- Oferta de alojamento em moradias transitórias ou fixas.
- Inserção em serviços de saúde básica, saúde mental e atendimento a usuários de substâncias psicoativas.

Exemplo:**Nacro Doncaster Prison Departure Lounge (Reino Unido)⁴⁰**

O "Prison Departure Lounge" (Sala de Desembarque Prisional) é um serviço oferecido pela Nacro que visa garantir apoio imediato a pelo menos 90% das pessoas libertadas da prisão de Doncaster, fornecendo-lhes conselhos, orientações e suporte no dia de suas saídas. Com a ajuda de assistentes sociais, voluntários e equipes de saúde especializadas presentes no local, o projeto funciona como um centro de acolhimento para egressos, sendo a primeira parada após a prisão. Ele auxilia na busca por acomodação, emprego, educação, capacitação profissional e inserção em serviços de atendimentos de saúde mental e tratamento de dependência química. Além disso, o programa oferece planejamento financeiro para os próximos passos da pessoa egressa e fornece provisões, como lanches embalados, vale-alimentação, telefones celulares, roupas para diferentes ocasiões, produtos de higiene e vale- transporte.

Exemplo:**Mutirão Carcerário (Brasil)⁴¹**

A pena de multa impõe sérios obstáculos à plena cidadania das pessoas condenadas pela Justiça Criminal, dificultando o acesso à educação superior, ao mercado formal de trabalho e aos benefícios sociais, além de suspender o direito ao voto. Essas restrições ocorrem devido à suspensão do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que perdura até que o valor da sanção seja quitado.

O Mutirão Carcerário é um programa brasileiro de assistência jurídica conduzido pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa, que atua para contestar, por meio de recursos e petições perante o judiciário, a exigência desproporcional do pagamento da pena de multa. O programa se baseia na ideia de que a ampliação dos direitos das pessoas encarceradas e egressas, especialmente o acesso equitativo ao trabalho e à renda, é essencial para superar a vulnerabilidade social e econômica vivenciada por esses indivíduos durante e após o período de cárcere.

4.3 Oportunidades de aprendizado

As transformações ocorridas durante o período de reclusão podem gerar problemas relacionados a estresse e autoestima nas pessoas egressas. Para lidar com esses aspectos emocionais, torna-se essencial proporcionar oportunidades de escolarização e aprendizado sobre novas tecnologias e competências técnicas, permitindo que os egressos saibam acessar as ferramentas para navegar na sociedade.

Isso pode ser implementado de várias maneiras, seja de forma isolada ou combinada:

- Oportunidades de escolarização formal e não formal.
 - Educação para autonomia financeira.
 - Oficinas de informática.
 - Alfabetização.
 - Educação para Jovens e Adultos (EJA).
- Treinamento vocacional.
- Acompanhamento pedagógico individual.
- Parcerias com instituições educacionais que oferecem cursos profissionalizantes.

Exemplo:



Social Care House (Iêmen)⁴²

A "Social Care House" (Casa de Assistência Social), uma iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos do Iêmen com apoio financeiro do Governo da Alemanha, tem como objetivo facilitar a reintegração de mulheres encarceradas e egressas, bem como, vítimas de violência. O objetivo é ajudar essas mulheres a alcançar independência e reintegração na sociedade.

Em parceria com a Arab Foundation for Supporting Women and Juveniles (Fundação Árabe de Apoio a Mulheres e Jovens) e a Prisão de Al-Mansura, o programa oferece oportunidades educacionais, capacitação profissional, aulas de alfabetização e assistência jurídica. Com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, médicos, psicólogos, advogadas e voluntárias, o Social Care House oferece o suporte necessário para que essas mulheres possam reconstruir suas vidas, pois reconhece que muitas das beneficiárias não podem retornar às suas famílias após a prisão devido ao estigma moral e ao risco de violência e abuso.

4.4 Capacitação de profissionais responsáveis pelo acolhimento de egressos

Os profissionais encarregados pelo acolhimento de egressos desempenham um papel central na reintegração social. Eles fornecem suporte e orientações específicas para cada caso, atuando como facilitadores para que os egressos tenham acesso às políticas públicas e desenvolvam uma relação de confiança com o sistema institucional de apoio. Para que esses profissionais atuem de forma mais eficaz, é necessário que sejam capacitados para lidar com as situações de forma humanizada e multidisciplinar. Isso inclui o conhecimento da legislação pertinente, técnicas de entrevista e aconselhamento, gestão de conflitos e domínio das redes de proteção social disponíveis. Considerando que essa é uma questão de âmbito nacional, que exige a adoção de padrões de qualidade, conscientização e empatia em todo o país, a capacitação pode ser implementada a partir do:

- Desenvolvimento de metodologias específicas, para:
 - Assistência social.
 - Assistência psicológica.
 - Inclusão no mercado de trabalho.
 - Preparação da saída de pré-egressos.
 - Singularização do atendimento.

Exemplo:



Projeto Singular Integrado do Escritório Social (Brasil)⁴³

O Projeto Singular Integrado é uma das muitas metodologias de atendimento desenvolvidas para a melhor compreensão das necessidades individuais dos egressos que buscam apoio nos serviços do Escritório Social. Criados em 2016 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esses escritórios funcionam como espaços de gestão compartilhada entre o Poder Judiciário e o Executivo, e servem como pontos de apoio para egressos do sistema prisional e seus familiares. Adotando uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, com equipes compostas por psicólogos, assistentes sociais e advogados, os Escritórios Sociais estão distribuídos por todo o país, compartilhando o objetivo de padronizar a qualidade do atendimento e garantir a satisfação das necessidades dos usuários por meio da integração de políticas públicas e do fortalecimento da rede de apoio social e direitos.

A metodologia prioriza uma escuta atenta e respeitosa para criar um ambiente acolhedor, permitindo que os egressos compartilhem suas experiências de vida. O processo leva em consideração as particularidades de cada indivíduo e suas trajetórias, e segue quatro etapas distintas: (1) Compreensão da história de vida do indivíduo e seus vínculos sociais, tanto passados quanto presentes, considerando o impacto do sistema prisional; (2) Análise da rede pessoal e das esferas de sociabilidade do indivíduo, esmiuçando como a vida social se organizava e se organiza atualmente, e como isso foi afetado pela experiência prisional; (3) Identificação dos contatos mediadores, isto é, as pessoas ou grupos que podem oferecer apoio para melhorar as condições de vida do indivíduo; e (4) Mapeamento da demanda de acesso aos serviços públicos, considerando a inclusão ou exclusão do indivíduo na rede de políticas sociais e as desigualdades estruturais na distribuição desses serviços.

Ao longo do processo, a metodologia propõe atividades e orientações específicas para estabelecer um vínculo construtivo com a pessoa egressa, abordando os pontos sensíveis enfrentados e garantindo o profissionalismo do atendimento.

4.5 Fortalecimento do ambiente social e redução da estigmatização nos espaços comunitários

A estratégia de fortalecimento do ambiente social e a redução da estigmatização nos espaços comunitários está voltada à necessidade de construir uma convivência coletiva mais harmoniosa para a efetiva reinclusão dos egressos. Com este objetivo, procura-se impactar a comunidade, conscientizando sobre os desafios enfrentados pelas pessoas egressas e oferecendo alternativas ao sistema judicial tradicional, como a justiça restaurativa. Esta abordagem promove a mediação entre infrator e vítima para a reparação de danos, resultando em menos traumas e rupturas sociais do que os usualmente causados pela justiça criminal tradicional.

A estratégia busca modificar percepções sobre os egressos, cultivando empatia, solidariedade e apoio dentro da sociedade. Ela pode ser assumida através de várias configurações, seja de forma isolada ou combinada, incluindo, mas não limitada a:

- Visitas a unidades prisionais abertas ao público geral, incluindo comunidade universitária, organizações da sociedade civil, governo e empresas.
- Dinâmicas e rodas de conversa em escolas, prisões e empresas para desenvolver competências emocionais e promover a cultura de paz.
- Produção de materiais de comunicação para reduzir estigmatização contra os egressos e conscientizar a sociedade sobre a importância da solidariedade no processo de reintegração, incluindo exposições de produções audiovisuais sobre as experiências das pessoas egressas.
- Alternativas ao modelo punitivista de justiça que enfocam a reconciliação entre as partes envolvidas, tais como práticas de justiça restaurativa.
- Conscientização comunitária sobre os desafios enfrentados após a libertação, por meio da convivência com pessoas egressas em:
 - Ambientes de trabalho ou de formação profissional.
 - Espaços comerciais, como padarias e restaurantes, com mão de obra egressa.
 - Atividades culturais e artísticas, especialmente voltadas para o público jovem.
 - Programas de voluntariado voltados para pessoas egressas, além da inclusão dessas pessoas em projetos de voluntariado com outras temáticas.

Exemplo:

Restaurant Employment for Formers (Indonésia)⁴⁴

O “Restaurant Employment for Formers” (Contratação de Egressos em Restaurantes) é um empreendimento social da Indonésia que se propõe a oferecer oportunidades de emprego em restaurantes e padarias locais nas cidades de Semarang e Solo, em Java. O programa visa promover a integração dos egressos com a comunidade, incentivando o desenvolvimento de um senso de propósito, reduzindo a estigmatização e estimulando a geração de renda.

Concebido por Huda Ismai, um egresso anteriormente classificado como extremista violento,⁴⁵ o programa busca apoiar beneficiários com perfis similares, estabelecendo uma relação de confiança entre os participantes e legitimando o processo de reintegração. Ao atender uma clientela diversificada, enquanto as pessoas atendidas passam a ver os egressos de outra forma, os egressos podem desenvolver habilidades essenciais e fortalecer laços comunitários para uma reintegração bem-sucedida na sociedade através do emprego, uma ferramenta importante nesse processo.

Exemplo:

The Way Home (Indonésia)⁴⁶

O programa “The Way Home” (O Caminho de Casa), implementado pela sociedade civil em Sulawesi, na Indonésia, utilizou a produção audiovisual para sensibilizar e conscientizar a comunidade por meio da produção audiovisual, especialmente com a exibição do filme “The Way Home”. Este filme, de natureza fictícia mas representativa, narra a jornada de um ex-infrator extremista violento que retorna à sua cidade natal após a libertação. A Comunidade Rumah Katu organizou exibições do filme em mais de 10 locais na região, atingindo um público diversificado, incluindo funcionários do governo local, estudantes universitários, lideranças comunitárias e empresariais. Uma publicação de 2018 sobre o programa⁴⁷ revelou que o público desenvolveu uma nova compreensão das dificuldades enfrentadas pelos egressos ao tentarem reconstruir suas vidas após a prisão. A estratégia de utilizar o cinema como ferramenta de engajamento provou ser um meio eficaz para transmitir mensagens sobre reabilitação e reintegração, estimulando reflexões sobre a importância da reintegração desses indivíduos na sociedade.

Programas integrados: Serviços de transição

Considerando a complexidade das demandas que os egressos enfrentam ao retornar ao convívio em sociedade, existem programas referidos aqui como serviços de transição – que oferecem suporte de variadas naturezas e facilitam o acesso a diversos serviços e direitos em um único espaço. A proposta é que, em um mesmo local, o egresso possa ter acesso a serviços e programas em áreas relevantes para seu processo de reintegração social, como assistência jurídica e social, moradia, saúde, educação, trabalho e outras formas de apoio, tratando todas as áreas com igual importância.

Os serviços de transição atuam como um ponto de referência para os egressos, fornecendo informações e atendimentos em diversas áreas. A ideia é minimizar a confusão e a ansiedade associadas à navegação em sistemas burocráticos e fragmentados e aumentar as chances de pessoas egressas receberem o apoio necessário para uma reintegração bem-sucedida. A oferta de assistência rápida e coordenada reduz a necessidade de deslocamentos para diferentes locais, sendo fundamental para os egressos, visto que frequentemente enfrentam dificuldades financeiras, de transporte, de tempo ou de conhecimento sobre equipamentos e instituições públicas. Abaixo, apresentamos diferentes modelos que podem ser implementados para esse fim.

Diferentes formas de apoio integradas às moradias

No modelo de moradia integrada, a pessoa egressa tem a oportunidade de residir em um ambiente que dispõe de diversos suportes complementares, como é o caso das casas de transição e de moradias permanentes.

Enquanto as casas de transição oferecem acolhimento por um período limitado, que pode variar de meses a anos, há outros programas que disponibilizam casa própria, aluguel privado ou aluguel social. Em ambas as modalidades, são disponibilizados, além da moradia, iniciativas como apoio psicológico, oportunidades educacionais e profissionais, assistência jurídica, tratamento para dependência química, entre outras:

- As casas de transição podem oferecer os seguintes suportes:
 - Acompanhamento psicológico.
 - Planejamento de vida/gerenciamento de casos.
 - Tratamento e reabilitação para dependentes químicos.
 - Oportunidades educacionais.
 - Educação para autonomia financeira.
 - Treinamento vocacional.
 - Apoio para acesso ao mercado de trabalho.
 - Assistência jurídica.
 - Participação em atividades internas e comunitárias (limpeza, cozinha e manutenção da casa).
 - Participação em atividades espirituais e meditação.
- A moradia permanente, nas modalidades casa própria, aluguel privado ou aluguel social, podem contar com os seguintes suportes:
 - Apoio na busca por emprego.
 - Acompanhamento psicológico.
 - Planejamento de vida.
 - Tratamento e reabilitação para dependentes químicos.

Exemplo:



Casa de Acolhida – Centro Social Nossa Senhora Aparecida (Brasil)⁴⁸

De antigo pensionato de mulheres de famílias de classe média e alta, em 1950, o espaço transformou-se em uma Casa de Acolhida – o Centro Social Nossa Senhora Aparecida, destinado a crianças, idosos e mulheres em situação de abandono e vulnerabilidade, sob a gestão da Associação Palotina. Entretanto, em 2006, diante da nova composição social do centro de São Paulo, que passou a abrigar diversas nacionalidades de imigrantes e refugiados, a casa ajustou seu foco para o acolhimento de mulheres imigrantes e refugiadas, incluindo aquelas egressas do sistema prisional e seus filhos. Em 2014, foi firmado o primeiro convênio entre o Centro Social Nossa Senhora Aparecida e o poder público municipal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos-Coordenadoria de Políticas Públicas para Imigrantes, o que possibilitou o repasse de verbas para auxílio na manutenção estrutural do espaço.

Com o entendimento de que a acolhida é um direito humano e uma necessidade fundamental para mulheres imigrantes, o programa promove, sob uma perspectiva holística e considerando as especificidades das mulheres egressas do sistema prisional, a realização de projetos formativos e oficinas, além de serviços de encaminhamento para vagas de trabalho e a participação ativa de todas na manutenção e cuidado dos espaços coletivos e privados.

Espaços de convivência e centros de atendimento a demandas de egressos e seus familiares

Os espaços de convivência e centros de atendimento têm como objetivo centralizar o acesso a serviços, aumentando a eficiência no atendimento, mas não funcionam como locais de moradia para os egressos. Esses serviços são formas de proporcionar um ambiente seguro e acolhedor onde os egressos podem se reunir e participar de diversas atividades, incluindo oficinas artísticas e de cidadania, práticas esportivas, cursos profissionalizantes, além do encaminhamento para outros programas sociais.

- Os espaços de convivência podem oferecer:
 - Oficinas de cidadania e de educação política.
 - Oficinas culturais e artísticas.
 - Oficinas de informática.
 - Práticas esportivas.
 - Cursos profissionalizantes.
 - atendimentos psicossociais.
 - Educação para Jovens e Adultos (EJA).
 - Acompanhamento pedagógico individual.
 - Práticas de justiça restaurativa e mediação de conflitos.
 - Encaminhamentos para outros serviços sociais.

- As centrais de atendimento podem contemplar as seguintes demandas:
 - Assistência na obtenção de documentos pessoais.
 - Suporte para saúde básica, saúde mental, tratamento para usuários de substâncias psicoativas.
 - Acesso a transporte por meio de vale-transporte e verba para aquisição de passagens.
 - Assistência jurídica, incluindo orientação legal e apoio processual.
 - Encaminhamento para benefícios sociais:
 - Direcionamento para programas de transferência de renda governamentais e privados.
 - Parcerias com secretarias estaduais ou municipais que oferecem abrigos temporários.
 - Parcerias com instituições educacionais que oferecem cursos profissionalizantes.
 - Oportunidades de escolarização formal e não formal.
 - Grupos de apoio para pessoas egressas estigmatizadas e suas famílias.
 - Grupos de apoio para atender demandas específicas de grupos vulneráveis, como mulheres, LGBTQIAP+, populações étnicas e raciais minorizadas, estrangeiros, pessoas com deficiências, pessoas com transtornos mentais, e indivíduos com dependência química e abuso de substâncias.
- Pacote de libertação, que inclui itens essenciais como:
 - Produtos de higiene pessoal.
 - Aparelho de telefone celular para comunicação com a família e com os serviços de suporte.
 - Fornecimento de lanches e distribuição de cestas básicas para garantir acesso a alimentação.
 - Doações de roupas apropriadas às variações de temperaturas locais e adequadas para ambientes profissionais.
- Medidas de contato e sensibilização da população em geral:
 - Estratégias de comunicação e difusão de informações em redes digitais e institucionais.
 - Ações de comunicação sobre o estigma contra pessoas egressas em diferentes mídias.
 - Promoção de contato entre pessoas estigmatizadas e a população em geral.
 - Atividades culturais e artísticas para integração social e inclusão, especialmente focadas no público jovem.
 - Voluntariado focado em pessoas egressas e sua inclusão em projetos de voluntariado com outras temáticas.

Exemplo:



Casa das Juventudes (Brasil)⁴⁹

O município gaúcho de Canoas, historicamente desafiado pela violência, experimentou uma queda nos índices de criminalidade após a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), especialmente com a criação do Território de Paz Guajuviras.⁵⁰ Devido ao sucesso inicial, o projeto expandiu-se para os bairros Mathias Velho e Harmonia em 2011, estabelecendo o segundo Território de Paz e impulsionando a criação de duas Casas das Juventudes.

As Casas das Juventudes foram concebidas como locais de acolhimento e convivência para jovens de 15 a 24 anos em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição à violência, incluindo egressos do sistema prisional, jovens cumpridores de medidas socioeducativas, em situação de rua ou residentes de áreas urbanas com alta incidência de homicídios e crimes violentos. Visando oferecer um novo caminho para esses jovens, essas unidades proporcionam diversas atividades, como oficinas de cidadania, arte e cultura, cursos profissionalizantes, atendimentos psicossociais, telecentro com acesso à internet e espaços de práticas esportivas. Uma equipe multidisciplinar, composta por educadores sociais, estagiários, sociólogos, assistentes sociais e psicólogos é fundamental para a condução dessas atividades, fornecendo suporte técnico e acompanhamento individualizado para o desenvolvimento de projetos de vida. Este apoio abrange ainda o enfrentamento de dificuldades de aprendizagem, acompanhamento familiar e mediação para acesso a outros programas sociais.

Referências

Acoca, Leslie; Stephens, Jessica; Van Vleet, Amanda. "Health coverage and care for youth in the juvenile justice system: The role of Medicaid and CHIP". Fundação Kaiser Family, Washington DC, 2014.

Agência Brasil. [Publicada portaria que obriga empresas a contratar presos ou egressos](#), 14 de setembro de 2018.

Balbuglio, Viviane et al. "Projeto migrantes egressas: uma experiência de trabalho de organização da sociedade civil com mulheres migrantes em conflito com a lei na cidade de São Paulo". Revista da Defensoria Pública da União, n. 12, 2019.

Barbalho, Lidiane de Almeida; Barros, Vanessa Andrade de. "Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do governo de Minas Gerais". Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 20, n. 3, 2014.

Braga, Valter Marjonny Lima. "Guia orientador para a abertura de cursos de capacitação para egressos do sistema prisional". 1ª ed. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2021.

Brazil Foundation. [Gerando Falcões – Programa Recomeçar](#)

Camhi, Natasha; Mistak, Dan; Wachino, Vikki. "Medicaid's evolving role in advancing the health of people involved in the justice system". The Commonwealth Fund, 2020.

Canadian Association of Elizabeth Fry Societies. [Projects and Initiatives](#)

Cançado, Emille Catarine Rodrigues et al. [Aplicativo móvel para apoiar o processo de ressocialização dos egressos do sistema prisional brasileiro](#)

Casa Branca, Washington (2022). [Incarceration to employment: a comprehensive strategy to expand employment opportunities for formerly incarcerated persons](#)

Casa Branca, Washington (2021). [Fact Sheet: President Obama Announces New Actions to Promote Rehabilitation and Reintegration for the Formerly- Incarcerated](#). Gabinete do Secretário de Imprensa.

Conselho Nacional de Justiça (2020). [Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas](#)

Conselho Nacional de Justiça (2023). [Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais IV: Metodologia de Enfrentamento ao Estigma e Plano de Trabalho para sua Implantação](#)

Conselho Nacional de Justiça (2021). [Caderno I - Diretrizes e Bases do Programa. Guia para programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade](#)

Conselho Nacional de Justiça (2020). [Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional](#)

Conselho Nacional de Justiça (2021). [Caderno II - Governança e Arquitetura Institucional: Guia para programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade](#)

Conselho Nacional de Justiça (2020). [Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais](#)

Conselho Nacional de Justiça (2021). [Caderno III - Orientações e abordagens metodológicas. Guia para programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade](#)

Conselho Nacional de Justiça. [Começar de novo](#)

Conselho Nacional de Justiça. [Escritórios Sociais](#)

Conselho Nacional de Justiça. [Escritório Social Virtual](#)

Conselho Nacional de Justiça (2023). [Fortalecimento e qualificação dos escritórios sociais](#)

Conselho Nacional de Justiça (2021). [Guia para monitoramento dos escritórios sociais](#)

Conselho Nacional de Justiça (2021). [Orientação técnica conjunta n. 1 do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\) e do Ministério Público do Trabalho \(MPT\) para efetivação das cotas legais de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional em serviços contratados por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional e pelo poder judiciário](#)

Conselho Nacional de Justiça (2019). [Orientação técnica para efetivação da resolução nº307, de 17 de dezembro de 2019, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário](#)

Conselho Nacional de Justiça (2020). [Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional](#)

Conselho Nacional de Justiça (2021). [Relatório Começar de Novo e Escritório Social: Estratégia de Convergência](#)

Conselho Nacional de Justiça (2022). [Relatório de Monitoramento dos Escritórios Sociais](#)

Conselho Nacional de Justiça (2019). [Resolução no 307](#), de 17 de dezembro de 2019.

Conselho Nacional de Justiça. [Sobre o Programa - Fazendo Justiça](#)

Costa, Cibele Soares da Silva; Alberto, Maria de Fatima Pereira. "Projetos de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas". *Psicologia & Sociedade*, v. 33. 2021.

De Lima Gomes, Priscila; Santiago, Léia Adriana da Silva. "O Projeto Alvorada no Instituto Federal de Goiás: ressocialização de egressos do sistema prisional". *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 9, nº 2, 2020.

Dean, Christopher; Kessels, Eelco. “Compendium of good practices in the rehabilitation and reintegration of violent extremist offenders”, Global Center on Cooperative Security, 2018.

Defy Ventures. [Our Programs](#)

Departamento de Justiça dos Estados Unidos. [Second Chance Act Community-Based Reentry Project](#), 2022.

Diário Oficial da União. [Portaria Interministerial nº 3, de 11 de Setembro de 2018](#)

Dos Santos, Juliana Estevão et al. “Egressos do sistema prisional e a gestão de pessoas em organizações alagoanas”. Revista de Administração FACES Journal, 2019.

Faure, Jemma. “Housing supports and services in New Zealand: A cross-agency response”. Practice, v. 7, nº1. 2019.

Gandolfi, Peterson Elizandro; Pires, Joelma Lúcia Vieira; Gandolfi, Maria Raquel Caixeta. “O egresso do sistema prisional: educação escolar, emprego e inclusão social”. Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, v. 11, nº 17. 2012.

Gordon, Stuart Yael. “Building State Capacity to Address Behavioral Health Needs Through Crisis Services and Early Intervention”. Issue Brief. New York, Millbank Memorial Fund, 2020.

Governo do Canadá. [Working with offenders](#)

Governo do Estado de Minas Gerais. [Participar do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp](#)

Governo do Estado de Minas Gerais. [Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional \(PrEsp\)](#). 04 de dezembro de 2013.

Governo do Estado de São Paulo. [Diversidade à Mesa amplia curso de auxiliar de cozinha para 46 municípios do estado](#), 20 de agosto de 2021.

Governo do Estado de São Paulo. [Recomeçar Itinerante busca auxiliar egressos do sistema prisional](#), 07 de setembro de 2021.

Governo do Estado de São Paulo. [SAP lança plataforma para promover inclusão de egressos e reeducandos](#), 10 de julho de 2023.

Governo do Estado de São Paulo. [SP conta com 46 centrais de atendimento a egressos e familiares](#), 31 de julho de 2018.

Governo do Estado de Sergipe. [Escritório Social proporciona chance de recomeço para egressos do sistema prisional](#), 08 de fevereiro de 2023.

Governo do Estado de Sergipe. [Governo de Sergipe entrega novos Cartões Mais Inclusão](#), 10 de março de 2023.

Governo do Estado do Espírito Santo. [Governo entrega Selo Social a empresas parceiras da ressocialização](#), 13 de junho de 2022.

Governo do Estado de Goiás. [Egressos do sistema prisional vão fazer curso profissionalizante no IFG](#), 20 de março de 2019.

Governo do Estado do Maranhão. [Reunião discute Política Estadual “Começar de novo” para garantia de emprego e renda aos apenados](#), 3 de abril de 2023.

Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. [Por meio de Escritório Social, Agepen ajuda egressos a vencerem os desafios do pós-prisão](#), 01 de junho de 2023.

Governo do Estado do Mato Grosso. [Empresas que incentivam reintegração de pessoas do sistema prisional no mercado de trabalho já podem se inscrever para o Selo Resgata](#), 21 de novembro de 2019.

Governo do Estado de Mato Grosso. [Governo de MT desenvolve portal para reinserção de reeducandos no mercado de trabalho](#), 28 de julho de 2023.

Governo do Estado do Piauí. [Projeto Alvorada promoverá reinserção de egressos do sistema prisional](#), 06 de março de 2020.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. [Escritório Social de Porto Alegre acolhe e orienta pré-egressos do sistema prisional](#), 17 de junho de 2023.

Hogan, Laura; Macdonald Mendez, Tracy. “Financing community health workers in transitions clinics”. California HealthCare Foundation, 2018.

IBCCRIM. [Programa IBCCRIM de Mentoria Online](#), 5 de agosto de 2021.

Instituto Ação pela Paz. [Projeto capacita egressos, familiares e pessoas privadas de liberdade em empreendedorismo](#), 01 de abril de 2021.

Instituto Ação pela Paz (2021). [Profissão Social ESPM](#)

Instituto Igarapé (2020). [Estratégias para a liberdade: Guia de Práticas Promissoras de Qualificação e Trabalho para Pessoas Presas e Egressas](#)

Kennedy, Sean. [Five models for reducing recidivism](#), The Maryland Public Policy Institute, 2021.

Kleiman, Angela Bustos; De Araújo Santos-Marques, Ivoneide Bezerra. “Letramentos de mulheres sobreviventes do sistema prisional em processo de remição de pena: Uma perspectiva decolonial”. Education Policy Analysis Archives, v. 31, 2023.

Lancashire Probation Trust. [Controlling Anger and Learning to Manage it \(CALM\)](#), Ministry of Justice - National Offender Management Service.

Logan, Alison. [Parenting and relationship support programmes for offenders and their families. Volume Two: Best practice in commissioning and service provision](#), Silo Tips, 2017.

Marson, Carla Neves; Lira, Pablo Silva. “Superando o estigma da prisão e efetivação de direitos e cidadania: Contribuições da Psicologia na inserção de egressos da justiça no mercado de trabalho: Contribuições da Psicologia na inserção de egressos da justiça no mercado de trabalho”. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 15, nº 1. 2021.

Mckee, Catherine et al. “State Medicaid eligibility policies for individuals moving into and out of incarceration”. Menlo Park, Ca: Fundação Kaiser Family, 2015.

Nacro. [Annual Report and Financial Statements](#), 2022.

Nacro. [Criminal Record Support Service](#)

Nacro. [Nacro Adult Offenders’ Housing Nottingham](#)

Nacro. [Nacro Community Accommodation Service \(CAS-2\) England and Wales](#)

Nacro. [Nacro Ex-Services Personnel – Engagement Service](#)

Nacro. [Nacro Offender Accommodation Service Birmingham](#)

Nacro. [Personal Wellbeing Support for people in prison or on probation: Hertfordshire](#)

Neves, Maria Gabriela. “Recomeçar: portal de vagas de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Visual-Design), Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

New York State. [Legislative Report on Reentry Planning and Access to Social Services](#), 2022.

Nova Rota. [Nossa Causa](#)

Off Ploy. [Employing Ex-Offenders](#)

Ormiston Families. [Working with families affected by offending: probation family services](#)

Pact. [Journeys 2 Freedom: Women’s Resettlement](#)

Passarela Alternativa. [Homepage](#)

Pourat, N. et al. “Final Evaluation of California’s Whole Person Care (WPC) Program”. UCLA Center for Health Policy Research, v. 661, 2022.

Redemption Roasters. [Social Impact](#)

Reflexões da Liberdade. [Homepage](#)

ResponSA. [Homepage](#)

Rocha, Virna Fernandes Távora et al. “A inserção do egresso prisional no mercado de trabalho cearense”. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 7, nº 4. 2013.

Ryan, Jennifer et al. “Connecting the justice-involved population to Medicaid coverage and care: findings from three states”. Menlo Park, CA: Kaiser Family Foundation., v. 2100, 2016.

Souza, Rafaelle Lopes; Silveira, Andréa Maria; Da Silva, Bráulio Figueiredo Alves. “A influência de programas de apoio a egressos do sistema prisional na redução da reentrada prisional”. *Interseções*, v. 18, nº 2, pp. 408-430, 2016.

Strang, Heather et al. “Restorative justice conferencing (RJC) using face-to-face meetings of offenders and victims: Effects on offender recidivism and victim satisfaction. A systematic review”. *Campbell Systematic Reviews*, v. 9, nº 1. 2013.

The National Reentry Resource Center. [Clean Slate Clearinghouse](#)

Trailblazers Mentoring: Inspiring New Futures. [About us](#)

Van Den Broek, Diane; Black, Prudence; Ppsillakis, Eleni. [Female Ex-Offenders, Discrimination and Work: The Role of the Success Works Initiative](#), 2020.

Working Chance: Unlocking Women’s Potential. [Our impact](#)

Notas de fim

1. Neste estudo, adota-se a perspectiva de Alvino Augusto de Sá (2001), que defende que a reintegração social não deve ser determinada pelo crime cometido, ou pela pena imposta, mas sim pela relação entre o encarcerado e seu contexto social. Para se aprofundar sobre o tema, leia o artigo: [Concepção de crime como expressão de uma história de conflitos: implicações na reintegração social dos condenados à pena privativa de liberdade](#). Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), v. 7, n. 11, p. 169-178, 2001.
2. Entendemos que o conceito de (re)integração social e seus semelhantes são termos em disputa, considerando que as pessoas selecionadas pelo sistema de justiça criminal historicamente já sofrem com desigualdades e exclusão social.
3. Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2022. [Caderno de gestão dos escritórios sociais IV : metodologia de enfrentamento ao estigma e plano de trabalho para sua implantação](#)
4. Monteiro, Felipe Matos; Cardoso, Gabriela Ribeiro (2013). [A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno](#). Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 13, n. 1.
5. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória](#)
6. O Justa (2022). [O funil de investimento da segurança pública e prisional no Brasil](#)
7. O Instituto Igarapé analisou 511 documentos sobre atendimento a egressos do sistema prisional, selecionando iniciativas a partir de publicações nos idiomas inglês, português e espanhol. Esses documentos provêm de fontes diversas, incluindo o Criminal Justice Periodical Index, The Campbell Collaboration Library, Scielo, The Cochrane Collaboration, Red Alyc, LAPTOC, ProQuest, Web of Science, JSTOR, Medline e o Ecossistema de Informação Científica Brasileira (BrCris). Considerou-se exclusivamente publicações dos últimos dez anos (2013-2023) e, embora o foco tenha sido examinar programas aplicados em âmbito nacional e internacional, realizou-se uma busca direcionada nos sites governamentais estaduais brasileiros para garantir uma representação abrangente das iniciativas locais. Um protocolo de análise foi aplicado para compilar as características dos programas, abordando formulação, implementação e avaliação. Foram considerados aspectos como locais e escala de implementação, objetivos, responsáveis, metodologia de desenvolvimento, atividades, recursos humanos e financeiros, públicos beneficiários, resultados esperados e alcançados, evidências utilizadas e instrumentos de avaliação.
8. O empreendedorismo social visa criar e maximizar o valor e o impacto social por meio de atividades inovadoras, diferenciado-se do empreendedorismo tradicional, que foca primordialmente na geração de lucro. Mais informações sobre o tema em: Parente, Cristina et al (2011). [Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição](#)
9. Neste estudo, o Brasil foi o único país da América Latina presente nas iniciativas para egressos do sistema prisional, possivelmente devido à escolha metodológica adotada. Apesar de não ter sido utilizada para a seleção das publicações analisadas neste estudo, a plataforma [Evidências em Segurança e Justiça](#), desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, compila soluções com eficácia cientificamente comprovada, voltadas especificamente para os sistemas carcerários da América Latina e Caribe.
10. Lei de Execução Penal (1984). [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#)
11. De acordo com dados do [Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias](#), foram registrados no primeiro semestre de 2023 cerca de 30 mil casos de Aids, tuberculose, sífilis e hepatite nos presídios estaduais femininos e masculinos.
12. Moraes, Ana Luísa Zago de. Tuberculose e Cárcere. In: Rigon Bruno Silveira; Silveira Felipe Lazzari; Marques Jader (Org.). Cárcere em Imagem e Texto. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
13. Egressos frequentemente enfrentam diversos obstáculos ao tentar acessar os serviços de saúde, incluindo a escassez de recursos em áreas rurais, a falta de transporte, cuidados infantis precários e a rigidez no horário de trabalho que dificulta o comparecimento em consultas médicas presenciais. Esse desequilíbrio entre a necessidade de cuidados e a capacidade de atendimento é comum em áreas rurais. O serviço de telessaúde surgiu como uma solução promissora para expandir o acesso aos cuidados nessas regiões e, especialmente desde o início da pandemia da Covid-19, quando o uso dessa tecnologia teve um crescimento significativo no mundo todo.
14. A estratégia de oferecer serviços de saúde para jovens de baixa renda é relevante em países que não dispõem de políticas de saúde universalizadas, como é o caso dos Estados Unidos.
15. Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos; Gabinete do Secretário Assistente para Planejamento e Avaliação (2023). [Health care transitions for individuals returning to the community from a public institution: promising practices identified by the Medicaid reentry stakeholder group: report to Congress](#). Biblioteca Nacional de Medicina, Coleções Digitais.
16. Nacro. [Nacro Substance Misuse Services East Riding; Intensive Health Resettlement Community Support Service: Greenwich; Intensive Health Resettlement Community Support Service: Wandsworth](#)
17. Elas existem - Mulheres Encarceradas. [Projetos](#)
18. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória](#)
19. No contexto brasileiro, além da pena privativa de liberdade, certos crimes, como roubo e tráfico de drogas, resultam em uma pena financeira pecuniária, conhecida como pena de multa. Esta pena mantém os efeitos da condenação criminal até que seja quitada, incluindo a suspensão dos direitos políticos e sociais.
20. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória](#)
21. Willis, Matthew (2018). [Research Report Supported housing for prisoners returning to the community: A review of the literature](#). Research Gate.
22. Nacro. [Our justice services; Nacro Accommodation Support for people on probation or in prison: East Midlands; Nacro Accommodation Support for people on probation or in prison: West Midlands; Nacro Accommodation Support for people on probation or in prison: South Yorkshire; Nacro Accommodation Support for people on probation or in prison: North Wales](#)

23. Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos, Escritório de Habitação Pública e Indígena. (2015).
24. Instituto Igarapé. [Portal para Liberdade](#)
25. Madeira, Lígia Mori (2008). [Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil](#). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
26. The Skill Mill. [About us](#)
27. A maioria penal do Reino Unido é de 10 anos de idade, e a da Estônia, de 17 anos.
28. Contrafactual refere-se a um cenário hipotético que teria ocorrido se uma determinada intervenção não tivesse sido realizada. Mais sobre o assunto pode ser encontrado em: Araújo, Francisco; Kubrusly, Ricardo (2013). [Avaliações de impactos: pensamento contrafactual e inferência causal, controles experimentais e estudos observacionais](#). Repositório FGV.
29. Agência do governo de Singapura. [Yellow Ribbon Singapore](#)
30. Strive. [Freshstart](#)
31. Unlock. [Ban the Box](#)
32. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023). [5º Ciclo de concessão do Selo Resgata de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Penal](#)
33. Mariño, Juan Mario Fandiño (2002). [Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal](#). Dossiê Violências, América Latina. Sociologias (8).
34. Bezerra, Barbara Bruna Araujo (2023).. [Do estigma à reintegração social: o egresso do sistema prisional do Rio Grande do Norte e o trabalho do Escritório Social](#). Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP).
35. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória](#)
36. As atividades espirituais e a prática de meditação mostraram-se relevantes em iniciativas direcionadas a populações indígenas, adaptadas para respeitar suas culturas particulares.
37. Reflexões da Liberdade. [O que fazemos](#)
38. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), 2012. [Introductory Handbook on the Prevention of Recidivism and the Social Reintegration of Offenders](#)
39. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória](#)
40. Nacro. [Nacro Doncaster Prison Departure Lounge](#)
41. Instituto de Defesa do Direito de Defesa (2022). [Mutirão carcerário: Pena de multa, sentenças de exclusão: Caminhos e estratégias para garantir cidadania à pessoa condenada](#)
42. ONU Mulheres (2018). [A Practitioner's Toolkit on Women's Access to Justice Programming MODULE 4: Women in Conflict with the Law](#)
43. Conselho Nacional de Justiça (2020). [Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional](#)
44. Global Center on Cooperative Security (2018). [It Takes a Village: An Action Agenda on the Role of Civil Society in the Rehabilitation and Reintegration of Those Associated With and Affected by Violent Extremism](#)
45. "Infratores extremistas violentos" foi a expressão adotada para traduzir o termo inglês Violent Extremist Offender (VEO), que descreve um indivíduo que, por meio de suas ações, demonstra um comprometimento violento com uma ideologia política, religiosa ou social. Esses indivíduos podem estar envolvidos em várias atividades, incluindo o planejamento, promoção, incitação, preparação ou execução de atos violentos como parte de um movimento extremista. As definições e características específicas de um VEO podem variar conforme a jurisdição e os contextos legais nos quais são considerados.
46. Global Center on Cooperative Security (2018). [It Takes a Village: An Action Agenda on the Role of Civil Society in the Rehabilitation and Reintegration of Those Associated With and Affected by Violent Extremism](#)
47. Ibidem.
48. De Souza, Claudia Moraes (2017). O Social em Questão, v. 20, nº 38. [Casa das mulheres: refugiadas, estrangeiras egressas do sistema penitenciário e políticas de acolhida em São Paulo / Brasil](#)
49. Koerich, Bruna Rossi et al (2017). Juventud y desigualdades en América Latina y el Caribe. [Ampliação no campo de possibilidades de jovens em vulnerabilidade social: a experiência da Casa das Juventudes](#)
50. O projeto Território de Paz, lançado no segundo semestre de 2009, tinha como foco melhorar as condições de vida e segurança no bairro de Guajuviras, na cidade de Canoas. Esta iniciativa, fruto de uma colaboração entre os governos federal, estadual e municipal, foi estruturada em três áreas de atuação coordenadas: inclusão e coesão social, inteligência e tecnologia, e integração e policiamento comunitário. Em Guajuviras, o projeto contribuiu para uma significativa redução nos índices de violência, evidenciada pela diminuição de 39,2% nos homicídios do bairro em 2009 e 2010, e uma redução de 18% nos homicídios em todo o município.

Ficha Técnica

Pesquisa

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Vivian Calderoni
Coordenadora de Programas e Pesquisa

Camila Nadalini de Godoy
Assessora de Políticas Públicas

Carolina Loeb
Estagiária de Pesquisa

Marina Alkmim
Pesquisadora

Julia Quirino
Pesquisadora

Haydée Caruso
Supervisora de Pesquisa

Editora

Débora Chaves
Editora

Design Gráfico

Raphael Durão
Coordenador Criativo

André Guttierrez
Designer



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank